

9301

P2

biohistorico

# PERSPECTIVAS ATUAIS DA EDUCAÇÃO

Moacir Gadotti  
e colaboradores

Prefácio de  
JOSÉ EUSTAQUIO ROMÃO



ARIMED  
EDITORA

PORTO ALEGRE, 2000

CDU 37.015.4

Educação – Sociedade. I. Título.

G125P Gadotti, Moacir  
Perspectivas atuais da educação / Moacir Gadotti. – Porto Alegre : Artes Médicas  
Sul, 2000.

Catálogo na publicação: Mônica Ballejo Canto – CRB 10/1023

ISBN 85-7307-620-8

10

3

Capa:  
Mário Röhmeit

Preparação do original e editoração eletrônica:  
Suliani – Editografia

Letura final:  
Elisângela Rosa dos Santos

Supervisão editorial:  
Letícia Bispo de Lima, André Luis Aguiar

## Colaboradores

**Alice Akemi Yamazaki**, mestre em educação pela Universidade de São Paulo, professora da Universidade Estadual de Tocantins (Tocantinópolis, TO) e membro da equipe técnico-pedagógica do Instituto Paulo Freire.

**Ana Maria do Vale Gomes**, ex-secretária de educação do Município de Natal (RN), doutoranda da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, professora da Universidade Estadual do Rio Grande do Norte e coordenadora do IPF-Nordeste.

**Ângela Antunes Cieski**, doutoranda da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo e diretora técnico-pedagógica do Instituto Paulo Freire.

**Antônio João Mâncio**, professor universitário, ex-superintendente da Secretaria de Educação do Estado do Paraná e membro do Conselho Internacional de Assessores do Instituto Paulo Freire.

**Carlos Alberto Maldonado**, advogado, ex-reitor da Universidade Estadual do Mato Grosso, ex-secretário de Educação do Estado do Mato Grosso e diretor do Instituto Creativo.

**Carlos Alberto Torres**, sociólogo e diretor do Instituto Paulo Freire e do Latin American Center da Universidade da Califórnia, Los Angeles (UCLA).

**Cruz Prado Rojas**, mestre em comunicação e diretora do Instituto Latino-Americano de Pedagogia da Comunicação (ILPEC), San José, Costa Rica.

**Eduardo Chaves**, professor da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) diretor da Mindware, editora e produtora de material instrucional (Campinas, SP).

**Eliseu Muniz dos Santos**, doutorando da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e membro da equipe técnico-pedagógica do Instituto Paulo Freire.

**Eronita Silva Barcelos**, professora e Reitora da Universidade de Jjuí (UNIJUÍ, RS).

**Fábio Cascino**, doutorando da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e membro da equipe técnico-pedagógica do Instituto Paulo Freire.

**Francisco Gutiérrez**, doutor em educação, diretor do Instituto Paulo Freire e presidente do Instituto Latino-Americano de Pedagogia da Comunicação (ILPEC), San José, Costa Rica.

**João Raimundo Alves dos Santos**, professor da Universidade Estadual de Tocantins (Tocantinópolis, TO) e ex-diretor da APEOESP (Associação dos Professores do Estado de São Paulo).

**José Eustáquio Romão**, professor aposentado da Universidade Federal de Juiz de Fora, diretor do Instituto Paulo Freire e Secretário de Governo do Município de Juiz de Fora (MG).

**Maria José do Vale Ferreira**, ex-coordenadora do Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos da Cidade de São Paulo (MOVA-SP), professora da Universidade Castelo Branco (UNICASTELO) e membro da equipe técnico-pedagógica do Instituto Paulo Freire.

Reservados todos os direitos de publicação em língua portuguesa à  
EDITORA ARTES MÉDICAS SUL LTDA.

Av. Jerônimo de Ornelas, 670  
Fone (51) 330-3444 – Fax (51) 330-2378  
CEP 90040-340 – Porto Alegre, RS, Brasil

SÃO PAULO  
Rua Francisco Leião, 146 – Pinheiros  
Fone (11) 883-6160  
CEP 05414-020 – São Paulo, SP

IMPRESSO NO BRASIL  
PRINTED IN BRAZIL

## O PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO DA ESCOLA na perspectiva de uma educação para a cidadania\*

Hoje, discute-se esse tema porque a questão do projeto da escola é problemática, isto é, representa um desafio para todos os educadores. Se, há algumas décadas, a escola se questionava sobre seus *métodos*, hoje, ela se questionava sobre seus *fins*.

Até muito recentemente, a questão da escola limitava-se a uma escolha entre ser tradi-

cional e ser moderna. Essa tipologia não desapa-  
receu, mas não responde a todas as questões  
atuais da escola. Muito menos à questão do  
seu projeto. A crise paradigmática também  
atinge a escola e ela se pergunta sobre si mes-  
ma, sobre seu papel como instituição numa  
sociedade pós-moderna e pós-industrial, ca-  
racterizada pela *globalização da economia e  
das comunicações*, pelo *pluralismo político*,  
pela *emergência do poder local*. Nessa socie-  
dade, cresce a reivindicação pela autonomia  
contra toda forma de uniformização e o desejo  
de afirmação da singularidade de cada região,  
de cada língua, etc. A *multiculturalidade* é a  
marca mais significativa do nosso tempo.

É, nesse contexto, que se pode colocar  
questões como:

- O que é projeto?
- O que é o projeto político-pedagógico da  
escola?

Freqüentemente, se confunde projeto com  
*plano*. Certamente, o plano, diretor da escola –  
como conjunto de objetivos, metas e procedi-  
mentos – faz parte do seu projeto, mas não é  
todo o seu projeto.

Isso não significa que objetivos, metas e  
procedimentos não sejam necessários. Mas  
eles são insuficientes pois, em geral, o plano  
fica no campo do *instintivo* ou melhor, no  
cumprimento mais eficaz do instituído, como  
defende hoje todo esse discurso oficial em  
torno da *qualidade* e, em particular, da *quali-  
dade total*. Um projeto necessita sempre rever  
o instituído para, a partir dele, instituir outra  
coisa: *tornar-se instituinte*. Um projeto políti-  
co-pedagógico não nega o instituído da escola  
que é a sua história, que é o conjunto dos seus  
currículos, dos seus métodos, dos seus atores  
internos e externos e o seu modo de vida. Um  
projeto sempre confronta esse instituído com o  
instituinte. Por exemplo, hoje, a escola pública  
burocrática se confronta com as novas exi-  
gências da cidadania em busca da nova identidade  
de cada escola, pautas de uma sociedade cada  
vez mais pluralista.

Não se constrói um projeto sem uma dire-  
ção política, um norte, um rumo. Por isso,  
todo projeto pedagógico da escola é também  
político. O projeto pedagógico da escola é, por

\* Este texto nasceu do debate num painel, durante a realiza-  
ção da *Conferência Nacional de Educação para Todos*  
(setembro de 1994), em Brasília. O autor fez diversos de-  
bates sobre o tema: em Lages (SC), em 1995, e em Mauá  
(SP), no ano seguinte. Mais tarde, essas idéias foram to-  
madas com os companheiros do Instituto Paulo Freire  
(IPF) e desenvolvidas juntas no livro *Autonomia da esco-  
la: princípios e propostas*, publicado pela Editora Cortez,  
em 1997, como primeiro número da série: Guia da escola  
cidadã que serviu de texto para o Curso de Educação  
Continuada, ministrado pelo IPF durante os anos de 1997  
e 1998 para mais de 2.500 diretores, supervisores, assis-  
tentes técnico-pedagógicos e professores coordenadores  
da Secretaria de Estado da Educação do Estado de São  
Paulo. Esse também foi o primeiro texto que serviu de  
roteiro de uma série de 7 programas de TV feitos pelo IPF  
em parceria com a TV Educativa do Rio de Janeiro no in-  
fício de 1997 com o título: *Construindo a Escola Cidadã:  
Projeto Político-Pedagógico*. A leitora ou leitor que de-  
sejar aprofundar o assunto poderá consultar ainda: Ilma  
Passos Veiga, *Projeto político-pedagógico da escola:  
uma construção possível* (Campinas: Papirus, 1996); Ilma  
Passos e Lúcia G. de Resende (orgs.), *Escola: espaço do  
projeto político-pedagógico* (Campinas: Papirus, 1998); e  
Bianco Zaimora Garcia, *A construção do projeto político-  
pedagógico da escola pública na perspectiva da teoria da  
ação comunicativa de Jürgen Habermas* (Dissertação de  
Mestrado, São Paulo, FE-USP, 1999).

isso mesmo, sempre um processo inconcluso, uma etapa em direção a uma finalidade que permanece como horizonte da escola.

De quem é a responsabilidade da constituição do projeto da escola?

O projeto da escola não é responsabilidade apenas de sua direção. Ao contrário, numa gestão democrática, a direção é escolhida a partir do reconhecimento da *competência* e da *habilidade* de alguém capaz de executar um projeto coletivo. A escola, nesse caso, escolhe primeiro um projeto e, depois, a pessoa que poderá executá-lo. Assim realizada, a eleição de um diretor, de uma diretora, é possibilitado a escola. Ao se eleger um diretor de escola, o que se está elegendo é um projeto para a escola. Na escolha do diretor ou da diretora, percebe-se já o quanto o seu projeto é político.

Como foi visto, o projeto pedagógico da escola está, hoje, inserido num cenário marcado pela *diversidade*. Cada escola é resultado de um processo de desenvolvimento de suas próprias tradições. Não existem duas escolas iguais. Diante disso, desaparece aquela arrogante pretensão de saber de antemão quais serão os resultados do projeto. A arrogância do dono da verdade dá lugar à criatividade e ao diálogo. A pluralidade de projetos pedagógicos faz parte da história da educação da nossa época.

Por isso, não deve existir um padrão único que oriente a escolha do projeto de nossas escolas. Não se entende, portanto, uma escola sem autonomia, autonomia para estabelecer o seu projeto e autonomia para executá-lo e avaliá-lo.

A *autonomia* e a *gestão democrática* da escola fazem parte da própria natureza do ato pedagógico. A gestão democrática da escola é, portanto, uma exigência de seu projeto político-pedagógico.

Ela exige, em primeiro lugar, uma *mudança de mentalidade* de todos os membros da comunidade escola, mudança que implica deixar de lado o velho preconceito de que a escola pública é apenas um aparelho burocrático do Estado e não uma conquista da comunidade. A gestão democrática da escola implica que a comunidade e os usuários da escola sejam os

seus dirigentes e gestores e não apenas os seus fiscalizadores ou meros receptores dos serviços educacionais. Na gestão democrática, pais, alunos, professores e funcionários assumem sua parte de responsabilidade pelo projeto da escola.

Há pelo menos duas razões que justificam a implantação de um processo de gestão democrática na escola pública: primeira, porque a escola deve *formar para a cidadania* e, para isso, ela deve dar o exemplo. A gestão democrática da escola é um passo importante no aprendizado da democracia. A escola não tem um fim em si mesma. Ela está a serviço da comunidade. Nisso, a gestão democrática da escola está prestando um serviço também à comunidade que a mantém. A segunda razão justifica-se porque a gestão democrática pode melhorar o que é *específico da escola*, isto é, o seu ensino. A participação na gestão da escola proporcionará um melhor conhecimento do funcionamento da escola e de todos os seus atores; propiciará um contato permanente entre professores e alunos, o que leva ao conhecimento mútuo e, em consequência, aproximará também as necessidades dos alunos dos conteúdos ensinados pelos professores.

O aluno aprende apenas quando ele se torna sujeito da sua aprendizagem. E, para que ele se torne sujeito da sua aprendizagem, precisa participar das decisões que dizem respeito ao projeto da escola que faz parte também do projeto de sua vida. Passa-se muito tempo na escola para serem apenas clientes dela. Não há educação e aprendizagem sem sujeito da educação e da aprendizagem. A participação pertence à própria natureza do ato pedagógico.

A autonomia e a participação – pressupostos do projeto político-pedagógico da escola – não se limitam à mera declaração de princípios consignados em algum documento. Sua presença precisa ser sentida no conselho de escola ou colegiado, mas, também, na escolha do livro didático, no planejamento do ensino, na organização de eventos culturais e de atividades cívicas, esportivas e recreativas. Não basta apenas assistir a reuniões.

A gestão democrática deve estar impregnada por uma certa *atmosfera* que se respira na escola, na circulação das informações, na divi-

Pelo que foi dito até agora, o projeto pedagógico da escola pode ser considerado como um momento importante de renovação da escola. Projetar significa *lançar-se para a frente*, antever um futuro diferente do presente. Projeto pressupõe uma ação intencionada com um sentido definido, explícito, sobre o que se quer inovar. Nesse processo, podem ser distinguidos *dois momentos*:

- o momento da concepção do projeto e
- o momento da institucionalização ou implementação do projeto.

Todo projeto supõe *rupturas* com o presente e *promessas* para o futuro. Projetar significa tentar quebrar um estado confortável para arriscar-se, atravessar um período de instabilidade e buscar uma nova estabilidade em função da promessa que cada projeto contém de estado melhor do que o presente. Um projeto educativo pode ser tomado como promessa frente a determinadas rupturas. As promessas tornam visíveis os campos de ação possíveis, comprometendo seus atores e autores.

A noção de projeto implica sobretudo *tempo*:

- tempo político* – define a oportunidade política de um determinado projeto;
- tempo institucional* – cada escola encontra-se num determinado tempo de sua história; o projeto que pode ser inovador para uma escola pode não o ser para outra;
- tempo escolar* – o calendário da escola, o período no qual o projeto é elaborado é também decisivo para o seu sucesso;
- tempo para amadurecer as idéias* – só os projetos burocráticos são impostos e, por isso, revelam-se ineficientes a médio prazo; há um tempo para sedimentar idéias; um projeto precisa ser discutido e isso leva tempo.

Há, evidentemente, outros componentes do projeto, sem os quais seu êxito poderá ficar comprometido.

Como *elementos facilitadores* do êxito de um projeto, pode-se destacar:

são do trabalho, no estabelecimento do calendário escolar, na distribuição das aulas, no processo de elaboração ou de criação de novos cursos ou de novas disciplinas, na formação de grupos de trabalho, na capacitação dos recursos humanos, etc. A gestão democrática é, portanto, *atitude e método*. A atitude democrática é necessária, mas não é suficiente. Precisa-se de métodos democráticos, de efetivo exercício da democracia. Ela também é um aprendizado, demanda tempo, atenção e trabalho.

Existem, certamente, algumas *limitações* e *obstáculos* à instauração de um processo democrático como parte do projeto político-pedagógico da escola, dentre eles, pode-se citar:

- a nossa pouca experiência democrática;
- a mentalidade que atribui aos técnicos e apenas a eles a capacidade de governar e que o povo é incapaz de exercer o governo;
- a própria estrutura de nosso sistema educacional que é vertical;
- o autoritarismo que impregnou nosso ethos educacional; e
- o tipo de liderança que tradicionalmente domina nossa atividade política no campo educacional.

Enfim, um projeto político-pedagógico da escola apóia-se:

- no desenvolvimento de uma consciência crítica;
- no envolvimento das pessoas: as comunidades interna e externa à escola;
- várias esferas do governo; e
- na autonomia, responsabilidade e criatividade como processo e como produto do projeto.

O projeto da escola depende, sobretudo, da *ousadia* dos seus agentes, da ousadia de cada escola em assumir-se como tal, partindo com sua coragem, com o seu cotidiano e o seu tempo-espaco.

Um projeto político-pedagógico se constrói de forma *interdisciplinar*. Não basta trocar de teoria como se ela pudesse salvar a escola. A escola que precisa ser salva, não merece ser salva.

- (a) uma comunicação eficiente; um projeto deve ser factível, e seu enunciado, facilmente compreendido;
- (b) adesão voluntária e consciente ao projeto; todos precisam estar envolvidos; a co-responsabilidade é um fator decisivo no êxito de um projeto;
- (c) bom suporte institucional e financeiro, que significa vontade política, pleno conhecimento de todos – principalmente dos dirigentes – e recursos financeiros claramente definidos;
- (d) controle, acompanhamento e avaliação do projeto: um projeto que não pressupõe constante avaliação não consegue saber se seus objetivos estão sendo atingidos;
- (e) uma atmosfera, um ambiente favorável: não é desprezível um certo componente mágico-simbólico para o êxito de um projeto, uma certa música (ou ideologia) que cimenta todos os que se envolvem no design de um projeto;
- (f) credibilidade: as idéias podem ser boas, mas, se os que as defendem não têm prestígio, comprovada competência e legitimidade só podem obstaculizar o projeto;
- (g) um bom referencial teórico que possibilite encontrar os principais conceitos e a estrutura do projeto.

A falta desses elementos obstaculiza a elaboração e a implantação de um projeto novo para a escola. A implantação de um novo projeto político-pedagógico na escola enfrentará sempre a descrença generalizada dos que pensam que de nada adianta projetar uma boa escola enquanto não houver vontade política “dos de cima”. Contudo, o pensamento e a prática deles não se modificarão enquanto não existir pressão “dos de baixo”. O projeto político-pedagógico de uma escola deve constituir-se num verdadeiro processo de conscientização e de formação cívica; deve constituir-se num processo de repercussão da importância e da necessidade do planejamento na educação.

Tudo isso exige, certamente, uma educação para a cidadania.

O que é educar para a cidadania? A resposta a essa pergunta depende da resposta a outra pergunta: o que é cidadania? Pode-se dizer que cidadania é essencialmente consciência de direitos e deveres e exercício da democracia. Não há cidadania sem democracia.

A democracia fundamenta-se em três direitos: direitos civis, como segurança e locomoção; direitos sociais, como trabalho, salário justo, saúde, educação, habitação, etc.; direitos políticos, como liberdade de expressão, de voto, de participação em partidos políticos e sindicatos, etc.

O conceito de cidadania, contudo, é um conceito ambíguo. Em 1789, a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão estabelecia as primeiras normas para assegurar a liberdade individual e a propriedade. Existem diversas concepções de cidadania: a liberal, a neoliberal, a progressista ou socialista-democrática (o socialismo autoritário e burocrático não admite a democracia como valor universal e despreza a cidadania como valor progressista).

Existe, hoje, uma concepção consumista de cidadania (não ser enganado na compra de um bem de consumo) e uma concepção oposta que é uma concepção plena de cidadania que consiste na mobilização da sociedade para a conquista dos direitos acima mencionados e que devem ser garantidos pelo Estado. As concepções liberal e neoliberal de cidadania entendem que a cidadania é apenas um produto da solidriedade individual entre as pessoas e não uma conquista no interior do próprio Estado. A cidadania implica instituições e regras justas. O Estado, numa visão socialista-democrática, precisa exercer uma ação – para evitar, por exemplo, os abusos econômicos dos oligopólios – fazendo valer as regras definidas socialmente.

A cidadania e a autonomia são, hoje, duas categorias estratégicas de construção de uma sociedade melhor em torno das quais há frequentemente consenso. Essas categorias se constituem na base da nossa identidade nacional tão desejada e ainda tão longínqua em função do arraigado individualismo, tanto das nossas elites quanto das fortes correntes emergentes, ambas dependentes do Estado paternalista.

O movimento atual da chamada Escola Cidadã está inserido nesse novo contexto histórico de busca de identidade nacional. A Escola Cidadã surge como resposta à burocratização do sistema de ensino e à sua ineficiência. Surge como resposta à falência do ensino oficial que, embora seja democrático, não consegue garantir a qualidade e em resposta também ao ensino privado que, às vezes é eficiente, mas sempre elitista.

É nesse contexto histórico, que vêm se desenvolvendo o projeto e a realização prática da Escola Cidadã em diversas partes do País, como uma alternativa nova e emergente. Ela vem surgindo em numerosos Municípios e já se mostra nas preocupações dos dirigentes educacionais em diversos Estados brasileiros.

Movimentos semelhantes já ocorreram em outros países. Vejam-se as *Citizenship Schools*, que surgiram nos Estados Unidos, nos anos 50, dentro das quais se originou o importante movimento pelos direitos civis naquele país, colocando, dentro das escolas americanas, a educação para a cidadania e o respeito aos direitos sociais e humanos.

Os eixos norteadores da escola cidadã são: a integração entre educação e cultura, escola e comunidade (educação multicultural e comunitária), a democratização das relações de poder dentro da escola, o enfrentamento da questão da repetência e da avaliação, a visão interdisciplinar e transdisciplinar e a formação permanente dos educadores.

Da experiência vivida nesses últimos anos, tentando entender esse movimento, algumas lições foram tiradas e levam a acreditar nessa concepção/realização da educação. Por isso, com base nessa crença, apresentei um decálogo no livro *Escola Cidadã*, em 1992. A Escola Cidadã surge como uma realização concreta dos ideais da escola pública popular, cujos princípios vêm sendo defendidos, ao lado de Paulo Freire, nas últimas duas décadas. Concretamente, dessa experiência vivida puderam ser tiradas algumas lições. Para finalizar mencionarei-a pelo menos quatro.

A escola não é o único local para aquisição do saber elaborado. Aprende-se também nos fins de semana, como costumava dizer Emilia Ferreiro.

(2) Não existe um único modelo capaz de tornar exitosa a ação educativa da escola. Cada escola é fruto de suas próprias contradições. Existem muitos caminhos, inclusive para a aquisição do saber elaborado. E o caminho que pode ser válido numa determinada conjuntura, num determinado local ou contexto, pode não o ser em outra conjuntura ou contexto. Por isso, é preciso incentivar a experimentação pedagógica e, sobretudo, é preciso que se tenha uma mentalidade aberta ao novo. Não é preciso ativar pedras no caminho de ninguém que queira inovar em educação.

(3) Todos não têm acesso à educação enquanto todos – educadores e não-educadores, Estado e sociedade civil – não se interessarem por ela. A educação para todos supõe todos pela educação.

(4) Houve uma época na qual se pensava que as pequenas mudanças impediam a realização de uma grande mudança. Por isso, as pequenas mudanças deveriam ser evitadas e todo o investimento deveria ser feito numa mudança radical e ampla. Hoje, a certeza é outra: pensa-se que, no dia-a-dia, mudando passo a passo, com pequenas mudanças numa certa direção, poder-se-á operar a grande mudança, que poderá acontecer como resultado de um esforço contínuo, sólido e paciente. E o mais importante: isso pode ser feito já. Não é preciso mais esperar para mudar.

Mesmo assim, não se deve renunciar ao sonho da grande mudança: não se deve jogar, no lixo, a utopia revolucionária. Precisa-se, sobretudo, da utopia neo-socialista contra o citanismo neoliberal que prega o fim da utopia e da história. Acima de tudo a educação deve passar não por uma melhoria da sua qualidade, como sustenta o Banco Mundial, mas por uma transformação radical, exigência premente e concreta de uma mudança estrutural provocada pela inevitável globalização da economia e das comunicações, pela revolução da informática e ela associada e pelos novos valores que estão refundando as instituições e a convivência social na emergente sociedade pós-moderna.

